

# **SESSÕES DO PLENÁRIO**

**59ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de junho de 2016.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

## **OFÍCIO**

**Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 27/04 e 17/05/2016.**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Há sobre a mesa a PEC nº 149/2016, Deputado Carlos Geilson, proposta de emenda à Constituição que dá nova redação ao Inciso 3º do Art. 46 da Constituição do Estado da Bahia.

*(Lê) “A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, com fundamento no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual,*

*PROMULGA:*

*Art. 1º – O § 3º do art. 46 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 46 - ...*

*§ 3º – O servidor militar estadual em atividade que tomar posse em cargo público civil permanente será transferido para a reserva, na forma da lei, salvo quando se tratar de um cargo de professor ou privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada, sendo assegurada a acumulação desde que haja compatibilidade de horários.”*

*Art. 2º – Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.*

*Sala das Sessões, 31 de maio de 2016.”*

Essa PEC foi de autoria nossa, do deputado Adolfo Menezes, com o apoio de mais 46 deputados, que em acordo com a Bancada da Oposição e da Situação provavelmente deveremos votar nesses próximos dias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Para iniciar o Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Carlos Geilson.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr. Presidente, Sr. Deputado Adolfo Viana, que neste exato momento emoldura este Plenário ao lado do deputado Robinho, senhores visitantes, prazer em recebê-los nesta Casa, saibam que esta Casa é do povo e recebe a todos de braços abertos.

Meu caro deputado Adolfo Viana, quero dizer que falo em nome da Bancada do PSDB estadual, falo em nome dos deputados Adolfo Viana e Augusto Castro. Queremos ratificar a nossa confiança na lisura das doações de campanha recebidas pelo deputado federal Jutahy Magalhães Júnior.

Jutahy, com mais de 30 anos de vida pública, neto do governador Juracy Magalhães, do ex-senador Jutahy Magalhães, um homem íntegro e que foi citado na operação Lava-Jato. Foram encontradas 2 mensagens que ele passou para Léo Pinheiro, da OAS: em uma delas falando de uma doação de campanha e na outra, agradecendo à doação. Tudo foi registrado de forma muito legal.

Acho que este é um momento muito bacana e ímpar na vida pública de passar a limpo tudo que vem acontecendo, e quem de fato está implicado em coisa errada e quem de fato recebeu doação legal; transparente; declarada; analisada pelo Tribunal

Regional Eleitoral. De modo que fico muito à vontade aqui nesta tribuna para falar que nós, da Bancada do PSDB da Bahia, acreditamos na lisura, acreditamos na prestação de contas, acreditamos, perfeitamente, na versão do deputado Jutahy Magalhães Júnior.

Quero dizer que essa não é apenas uma opinião individual, é a opinião da Bancada. Falo pela Bancada estadual, porque acreditamos perfeitamente no deputado Jutahy Magalhães.

Quero aproveitar e fazer coro às palavras do deputado Adolfo Viana na sessão de ontem, quando o governo apresentou uma petição, um documento assinado por 21 Srs. Deputados, convocando uma sessão extraordinária após o término da sessão ordinária. Vejam que era um documento velho, guardado e que estava empoeirado no gabinete da Liderança do Governo. O governo apenas troca a etiqueta e usa este documento, convocando de forma ilegal a sessão extraordinária.

Eu provo, porque ontem eu cheguei a retirar a etiqueta do documento. Só não levei para casa em consideração aos demais pares desta Casa, mas perfeitamente a etiqueta estava solta e ficaria o documento, apenas, com as assinaturas dos Srs. Deputados, colhidas no início desta legislatura.

Ora, o governo que tem uma base acima de 40 deputados, não pode ficar preso a este expediente que depõe contra a Casa. Logo pela manhã, no dia que tiver a necessidade de uma sessão extraordinária, coloca um dos senhores assessores para colherem as assinaturas e faz um documento correto, legal e transparente.

Fiz esse apelo ontem ao Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, para que não aceite mais esse documento vindo da Liderança do Governo, mas que o governo produza um documento claro, explícito, conciso e que não use de subterfúgios para querer engabelar a Oposição, para querer convocar uma sessão eivada de irregularidades.

O deputado Adolfo Viana está entrando com um mandado de segurança. Nós entendemos que a sessão de ontem, que votou o projeto que retira direitos adquiridos da indústria da Bahia é uma sessão que está irregular, porque foi convocada sem o número mínimo necessário para a continuidade da mesma. Eu acredito que esse mandado será de ganho imediato, ao ser analisado por qualquer juiz. O que não pode é se usar de artifícios para privilegiar e beneficiar o governo em detrimento de uma Oposição que quer transparência, e quer essa Casa trabalhando em prol do povo da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, eu subo à tribuna nesta terça-feira para questionar os projetos de lei que foram votados ontem,

justamente porque entendo que aquela sessão que aconteceu no dia de ontem, foi uma sessão completamente irregular. E, naturalmente, nós da Bancada de Oposição, vamos entrar com um mandado de segurança para suspender toda a sessão, que no nosso modo de entender, aconteceu de maneira irregular.

Vejam, percebam V.Ex<sup>as</sup> o que pretende o governo do estado da Bahia. O projeto que retira direitos concedidos à indústria baiana... Agora o pior de tudo, deputado Carlos Geilson, é que eles não querem discutir com a Assembleia Legislativa. Eles querem que esse projeto seja votado em caráter de urgência sem a menor discussão, jogando a credibilidade do estado da Bahia na lata do lixo, justamente porque quando foi interessante para a Bahia fazer concessões para que as empresas viessem a se instalar no nosso estado, nós fizemos, e depois que o jogo foi jogado, que as empresas decidiram se instalar aqui na Bahia, o estado resolve agora retirar direitos da indústria. Onde estará, deputado Carlos Geilson, a credibilidade do Estado da Bahia após retroagir e prejudicar a indústria baiana?

O governador, há pouco tempo, foi à China, acompanhado do presidente Marcelo Nilo, atrair novos investidores para o Estado. Se esse projeto for aprovado, deputado Carlos Geilson, a nossa credibilidade irá para a lata do lixo. Irá para a lata do lixo, porque, quando foi conveniente oferecer incentivos fiscais para que as indústrias viessem para o Estado da Bahia, nós fizemos festa para que elas pudessem vir. E elas confiaram neste Estado, confiaram na segurança que ele oferecia naquele momento.

E agora a ampla Base governista, nesta Assembleia Legislativa, quer votar em regime de urgência, aliás, votou ontem um regime de urgência – no meu ponto de vista, de maneira irregular, por isso vamos entrar com um mandado de segurança, pedindo a suspensão da sessão de ontem. Mas, absurdo maior, deputado Robinho, é que nós atraímos a indústria para o Estado da Bahia, demos a nossa palavra de que os direitos da indústria seriam assegurados, demos incentivos fiscais. Mas, depois de elas terem confiado no Estado da Bahia, a maioria dos parlamentares desta Casa quer jogar a palavra do Estado na lata do lixo.

Se aprovarmos, na quinta-feira, definitivamente, esse projeto, diremos para o Brasil e para o mundo que o Estado da Bahia não merece credibilidade. Empenhamos a nossa palavra, atraímos o setor produtivo para o nosso Estado. Mas, de repente, depois que eles estão instalados, funcionando, depois que acreditaram na segurança, na palavra, no compromisso do Estado da Bahia, o governo manda um projeto de lei para esta Casa, e os deputados da base do governo (que são maioria) o aprovam sem a menor discussão, traindo a confiança dos empresários que vieram se estabelecer no Estado da Bahia.

Esse tipo de ação vai espantar todos aqueles que vieram ao Estado da Bahia para investir, e aqueles que planejavam se instalar aqui vão correr para outros estados. Se isso se concretizar, nós vamos mostrar que o nosso Estado é inconfiável.

Por esse motivo, Sr. Presidente, peço aos senhores Parlamentares responsabilidade na hora de apreciar esse projeto, que vai denegrir, de maneira

definitiva, a credibilidade do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, a deputada Luiza Maia.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias, sejam bem-vindos. Não sei de onde vocês estão vindo, mas é sempre uma alegria recebê-los aqui, nesta Casa isolada do povo. Quando vejo essas galerias cheias de gente, eu fico, realmente, feliz.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que ontem, 13 de junho, foi o aniversário de Madre de Deus, uma cidadezinha que já foi distrito de Salvador; que tem quase 20 mil habitantes, 11 km ocupados pela Petrobras e R\$14 milhões de receita mensal. Quero, aqui, registrar o meu repúdio ao que vem acontecendo lá. Acho que o prefeito precisa, realmente, refletir e tomar algumas providências no sentido de resolver demandas básicas daquela comunidade.

Madre de Deus não merece o que está acontecendo, pelo seu tamanho, pela sua população e pela sua receita. É preciso refletir sobre isso.

Houve lá um acordo, uma situação meio esdrúxula. A prefeita, que se elegeu pelo PT, renunciou, botou um vice do PP, que hoje é DEM, e a cidade está jogada do jeito que está, deputado Marcelino.

Quero aqui deixar os meus parabéns a essa querida cidade, Madre de Deus, tenho uma representação, eu me sinto representante da cidade, mas realmente é lamentável a situação em que se encontra hoje a nossa pequena, querida e rica cidade.

Mas quero também lembrar que amanhã, às 9h30min, a nossa querida presidenta Dilma estará, aqui, recebendo o Título de Cidadã Baiana. À tarde, estará no Pelourinho. Para nós mulheres e para nós povo da Bahia que a elegemos e compreendemos que esse golpe ainda em curso no Brasil precisa ser interrompido, vai ser motivo de muita alegria recebê-la. Assim o faremos, com muita energia, a fim de que ela realmente continue tendo forças para fazer o enfrentamento a esse ataque, sofrido pela nossa democracia, a uma presidenta eleita. E está hoje lá, no poder, um presidente com uma equipe desmoralizada.

O golpe foi desmascarado, mostrou-se qual era o seu objetivo. Mas o povo brasileiro está reagindo, e tenho certeza de que o Senado Federal não vai deixar que aconteça o impedimento de nossa presidenta legitimamente eleita, para deixar no governo um presidente ilegítimo que, em um mês, já causou tanto retrocesso às políticas públicas e aos avanços e direitos conquistados com muita dificuldade e luta pelos grupos sociais. Tenho certeza e acredito, realmente, que o senador que tiver juízo e compromisso com a democracia não deixará que isso aconteça.

Para concluir esse meu minutinho e trinta segundos, hoje seria a votação, no Conselho de Ética, da cassação, do julgamento do Eduardo Cunha, que está aí com pedido de prisão decretado, denunciado, com lista de propina, com dinheiro no exterior. Portanto os nossos juristas, que têm tanto rigor em punir determinados políticos, principalmente se forem ligados ao Partido dos Trabalhadores, deveriam tomar as providências, porque realmente é uma vergonha. Usaram o Cunha enquanto precisaram dele para aprontar e aprovar o golpe. Agora também estão tentando – ele, inclusive, com seu poder e sua grana –, de qualquer forma, reverter essa situação no Conselho de Ética.

Quanto ao voto que hoje virou uma lenda – nem sei o que é mesmo – no Brasil, o voto da Tia Eron, espero que ela saiba honrar a sua história e não traia o povo da Bahia, que sabe a importância da cassação desse político que está aí completamente comprometido com propina, com tudo de errado, denunciado, com pedido de prisão decretado, bancando e desafiando a justiça, a democracia e o povo brasileiro.

Então eram essas as minhas palavras, e agradeço!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, quero saudar os bombeiros aqui.

Dizer que é claro que essa PEC, da nossa autoria, que está tramitando nesta Casa e vai para votação, abrange também a categoria de vocês; porque hoje a definição de servidores militares abrange a Polícia Militar e vocês, os senhores do Corpo de Bombeiros.

Então, claro que a lei estadual não pode sobrepor a federal, por isso que já demos entrada aqui para acelerar. Já está tramitando no senado uma do mesmo teor, que vai permitir o que hoje é proibido, que os servidores militares, no caso a Polícia Militar e dos bombeiros, possam ocupar outro cargo de professor ou de médico, coisa que hoje é vedada pela Constituição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para continuar, o deputado José de Arimatéia, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, Canal Assembleia –dando essa cobertura, ao vivo, para toda a Bahia e o Brasil.

Quero saudar também o Corpo de Bombeiros Militar, na pessoa do major Camacho.

Senhor Presidente, venho a esta tribuna para ler o relatório de uma visita que a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho fez no dia 18 de maio ao Juizado Cível de Apoio aos Superendividados, idealizado pela juíza Fabiana Pellegrino.

Estamos encontrando dificuldade de quórum na própria Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho. Mas, graças a Deus, chegará ao conhecimento não só dos deputados que representam a Comissão de Defesa do Consumidor como dos demais deputados desta Casa.

(Lê) “Fomos recebidos pelos supervisores Rafael Souto e Clóvis Andrade, além do professor de finanças, Antônio Carvalho, que apresentaram as dependências e conversaram sobre o funcionamento do Juizado.

Na estrutura de salas privativas, onde os cidadãos são atendidos de segunda a sexta-feira, às 10h, a instituição promove a conciliação entre endividados e credores, evitando assim um assoberbamento ainda maior das varas do consumidor.

As instituições financeiras são as causadoras campeãs de endividamento, ao aplicar juros abusivos, segundo Souto. Além disso, na atual conjuntura de crise, de acordo com ele, tem acontecido um crescimento muito grande do desemprego como fator de superendividamento.

Uma outra informação que também me chamou a atenção foi o grande número de casos de superendividados envolvendo idosos, aposentados e pensionistas. E os principais motivos para essa ocorrência são: empréstimos consignados para parentes e terceiros, golpes envolvendo cartões de crédito e o fato deles cederem o crédito que possuem na praça para fazer compras em lojas de roupas, eletrodomésticos e outros tipos de aquisições para terceiros.

O projeto do Juizado não visa só à renegociação de dívidas. Tem o objetivo paralelo de reinclusão social dessa pessoa no mercado de consumo e também de que ela passe a gerir as finanças de forma que não precise mais ir ao Juizado renegociar um débito.

Como condição para a audiência de renegociação, o cidadão precisa passar por uma oficina de educação financeira e psicologia do consumo, que acontece quinzenalmente aos sábados e é promovida pelo próprio Juizado, com a intenção de que o endividado possa obter um controle maior de suas finanças.”

Diante disso, Sr. Presidente, fiz a sugestão da participação dos membros do Juizado Cível de Apoio aos Superendividados, da Delegacia do Idoso, da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Procon, da Asaprev/Casa dos Aposentados e demais instituições, em uma Audiência Pública, amanhã, na qual comemoraremos o Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, na sala Jairo Azi.

Diante dessa situação, Sr. Presidente, propusemos essa Audiência Pública que será realizada amanhã, nesta Casa, com a participação desses órgãos, para discutir – já que amanhã, dia 15, será o Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso.

Quando se fala de violência, não é só da violência física, mas da violência, principalmente, com relação ao dinheiro dos aposentados, que já recebem um salário-mínimo, na sua maioria. Na verdade, eles não têm tido acesso controle e se encontram em uma situação delicada, difícil e humilhante. Então, amanhã, discutiremos esse

assunto muito importante na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

Para concluir, Sr. Presidente, convoco não só os deputados da Comissão como também os demais deputados que compõem esta Casa, a imprensa falada, escrita e televisada. Tenho certeza de que a *TV Assembleia* estará presente, transmitindo essa importantíssima Audiência não só para a Bahia, mas para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

**O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, senhores e senhoras funcionários desta Casa, pessoal da imprensa, quero saudar os componentes do Corpo de Bombeiros que estão presentes nas Galerias Paulo Jackson. Sr. Presidente, precisamos fazer uma mobilização nesta Casa para que o governo do Estado crie condições de se espalhar núcleos do Corpo de Bombeiros pela Bahia inteira.

Anteontem, em Cachoeira, duas crianças foram vítimas de um incêndio. Além das duas crianças, perdemos o monumento histórico daquela cidade. Creio que nas cidades em que há monumentos históricos, como em Cachoeira, meu nobre deputado Joseildo, é de fundamental importância que o governo tenha instalado núcleos do Corpo de Bombeiros, para que possa dar uma assistência melhor nesse sentido.

Quero me reportar aqui, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, a respeito do que vem ocorrendo aqui nesta Casa na relação Poder Executivo/Poder Legislativo. O que temos visto é um verdadeiro atropelo por parte do governo do Estado, do Poder Executivo, com relação ao Poder Legislativo. Ainda ontem, foram votados mais dois pedidos de urgência para dois projetos de lei de interesse do governo do Estado. Para enfatizar ainda mais a forma como o governo vem nos tratando, ontem, a sessão foi aberta, meu caro deputado Carlos Geilson, de forma irregular. Derrubamos uma sessão por falta de quórum e, imediatamente, fora aberta uma sessão extraordinária sem o devido quórum. Já que o quórum necessário é de 21 parlamentares.

Nesta Casa, procuramos fazer emenda nos projetos de lei, como, por exemplo, no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias e nenhuma emenda nossa foi aceita. E, aí, já não é mais só com os deputados da Oposição. Mesmo os deputados do Governo não têm as suas emendas aceitas nos projetos de lei. Portanto, ficamos a nos perguntar: “O que estamos fazendo neste Parlamento?”. Parece-me que viramos, nada mais, nada menos, do que uma secretaria do governo do Estado. Estamos aqui somente para homologar os atos de interesse do Poder Executivo.

Quero mobilizar a nossa Bancada de Oposição. Precisamos tomar medidas capazes de fazer com que essa relação funcione, exatamente, da forma como a lei

manda. Meu caro deputado Pedro Tavares, Líder do PMDB, chegou a hora da nossa Bancada tomar uma posição, tomar uma medida capaz de melhorar essa relação. Do contrário, o governo pode dizer, meu caro Pedro, como dizia a cantora Rita Lee: o Poder Executivo faz desta Casa “gato e sapato”. Na hora que quer, manda projeto de lei com pedido de urgência. Na hora que quer, dá início à sessão extraordinária sem o devido quórum.

Portanto, chegou a hora de nós deputados – e, aí, quero convocar todos, deputados do Governo, deputados da Oposição – fazermos com que o Poder Executivo respeite este Poder Legislativo.

É isso, meu querido presidente, deputado Adolfo Menezes, na condição de vice-presidente desta Casa e em vários momentos como presidente, eu gostaria também de sensibilizar V.Ex<sup>a</sup> para que compre essa briga conosco, para que empunhe essa bandeira de fazermos com que o Poder Executivo respeite o nosso Poder Legislativo, respeite o Parlamento baiano.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes por 5 minutos.

**O Sr. ADOLFO MENEZES:-** Srs. Deputados, deputado Hildécio Meireles, V.Ex<sup>a</sup> tem inteira razão. Esta Casa só homologa os projetos do Executivo, e virou uma Casa para conceder títulos, homenagens a “torto e a direito”, como se diz popularmente, sem critérios, desmoralizando até as comendas do mais alto grau. Infelizmente, é a triste realidade.

E nós, deputado Hildécio Meireles, que temos dificuldades em aprovar projetos, até pelo absurdo constitucional que impede que um deputado aprove qualquer projeto que venha a causar despesas para o governo, só isso já limita muito a nossa atividade. Claro que a maioria dos projetos trarão despesas. E quando conseguimos, deputado Hildécio, Srs. Deputados, aprovar um projeto depois de muita dificuldades, pois são milhares de projetos de todos os deputados tramitando nesta Casa, quando conseguimos, depois de muito sacrifício, aprovar um projeto, não adianta nada, não é regulamentado.

Este deputado aprovou, deputado Hildécio Meireles, Srs. Deputados, há alguns meses, nesta Casa, claro que com o voto da maioria dos colegas, um projeto simples que poderia salvar vidas, e até agora é a mesma coisa que nada, é como se não tivesse lei alguma aprovada pelos deputados que representam o povo da Bahia. Trata-se de um projeto de suma importância, deputado Joseildo Ramos, de simples implantação, que não causa praticamente despesa nenhuma. É para que, simplesmente, as empresas proprietárias de transportes coletivos, de ônibus, coloquem dentro dos ônibus um marcador de velocidade para os passageiros que ficam lá atrás. O motorista fica

fechado na cabine, vai de pé embaixo, em qualquer velocidade, e os passageiros não têm como saber. Foi o que ocorreu há poucos dias, com 18 mortos, quando o motorista deveria estar em alta velocidade. Isso acontece praticamente todos os dias. Deputado Robinho, um projeto aprovado por esta Casa, e a lei continua como se não existisse.

Infelizmente, é o papel aqui da Assembleia, inibindo até a entrarmos com um projeto, pois depois de tantas dificuldades é a mesma coisa que nada. Um projeto com custo baixíssimo. Se disser que os proprietários, que os empresários de ônibus, que só querem ganhar dinheiro, só visam o lucro, teriam uma despesa muito grande, até poderia se dar um prazo para implantação, mas, não. Simplesmente colocar um marcador de velocidade onde os passageiros estão, para que possam acompanhar a velocidade que o motorista está desenvolvendo para, ao menos, o passageiro descer a fim de não arriscar a vida, ou denunciar a empresa aos órgãos responsáveis pelo trânsito para alguma punição. Então, infelizmente, deputado Hildécio Meireles, V.Ex<sup>a</sup> está coberto de razão, quando critica a forma como esta Casa está sendo tratada e como age no dia a dia.

Por hoje é só, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos visitam nesta tarde, subo a esta tribuna para tratar de uma data melancólica. No último dia 12 de junho o governo interino, deputada Maria del Carmen, completou 30 dias! São 30 dias de esquizofrenia total, porque não tem qualquer rumo, não tem direção. Ele traz a maior novidade da nossa República na história mais recente: a esquizofrenia.

Ora, é um governo que, de maneira fraudulenta, aumentou para menor o espaço da meta fiscal, colocando um projeto para diminuir, para estancar as despesas – entre aspas. Nessa conta está o achatamento progressivo das verbas da já subfinanciada saúde brasileira, da já subfinanciada educação e o processo gradativo de aumento real do salário mínimo, coisa inédita na história recente da nossa jovem democracia. E não é só isso, aprova, através de uma emenda constitucional, a desvinculação das receitas da União, retirando R\$ 120 bilhões, num momento como este, acrescido do aumento, da elevação do teto do pagamento de salários do Poder Judiciário, da farra de 14 mil vagas, num momento de profunda crise macroeconômica em nosso País.

Então, esses são ingredientes que trarão prejuízos irreparáveis para as futuras gerações. O que será das nossas universidades? O que será dos institutos federais? O que será do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica? Tem algo, deputado Maria del Carmen, que é sintomático: nesses 30 dias – fatídicos 30 dias – colocaram alguém que não tem um cambiar, semelhante a um paquiderme, que é o ministro

Serra. Imagine o Serra como o chefe dos chanceleres brasileiros?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone)

Exatamente alguém que quer vender o pré-sal, exatamente alguém que quer falar grosso com os nossos vizinhos da América do Sul...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Muito obrigado, presidente.

Fala grosso com a Venezuela, fala grosso com a Bolívia, mas fala fino com os Estados Unidos, que sempre teve o Brasil como o quintal deles. É a política neoliberal do governo esquizofrênico no calor do seu interinato! É um absurdo!

Pasmem vocês, as últimas pesquisas demonstram o mau humor da população brasileira, exatamente a parte da população brasileira que parte dela bateu panelas. Obviamente que foram panelas bem lustradas, lavadas por aqueles e aquelas que nunca tiveram vez na nossa jovem democracia.

E essa turma está silente, silenciosa,...

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** (...) atormentada com esse governo que é um primor de esquizofrenia. Então, 30 dias.

E no dia 12, Dia dos Namorados, a população brasileira jamais será enamorada desse governo fascista, em que 40% do seu ministério têm contas a acertar com a Lava-Jato.

(O Sr. Presidente aciona novamente as campainhas.)

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Cadê as panelas que batiam contra a corrupção?

E agora esse governo eivado de corruptos está fazendo corar de vermelho o mais insensato dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela intolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen, pelo tempo restante de 4 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> MARIA DEL CARMEN:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, senhores integrantes do Corpo de Bombeiros Militar, senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, venho a esta tribuna nesta tarde para registrar o nosso repúdio, nossa tristeza e descontentamento pela aprovação no dia de ontem do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador.

Ontem, durante a votação do plano, infelizmente, o presidente da Câmara de Vereadores mandou fechar as portas da Casa Legislativa, quando é uma exigência

estabelecida no Estatuto da Cidade que o plano tem que ser participativo, construído a muitas mãos, com debate e discussão com a sociedade dos principais problemas, já que o Plano Diretor representa o projeto de cidade, a proposta de cidade que queremos ver implantada em nosso município. E a nossa capital, ontem, aprovou um plano que não obedece e não se orienta por aquilo que está estabelecido, como já disse, no Estatuto da Cidade.

Muitos professores, muitas entidades de classe, trabalhadores, profissionais, instituições estiveram lá e não conseguiram acessar o espaço da Câmara para fazer o protesto contra a aprovação de forma integral sem serem debatidos cada um dos artigos e parágrafos daquele plano.

Foram 400 artigos lidos e aprovados de uma única vez e em dois turnos, portanto, em desacordo com aquilo que estabelece o Estatuto da Cidade.

É urgente, portanto, que, nessa tragédia política e social, os movimentos sociais, as entidades de trabalhadores, as instituições, os coletivos comprometidos com os direitos humanos e com os direitos da cidade se posicionem, repudiando o processo e o conteúdo retrógrado do PDDU.

Esse Plano Diretor não tem legitimidade e não pode ser reconhecido. O nosso anterior Plano Diretor, que estava vigente, ou que ainda está, porque esse ainda não foi sancionado, foi judicializado. Possivelmente, mais uma vez, creio eu, o novo Plano Diretor de Salvador será judicializado.

Coloco aqui, muito rapidamente, pelo escasso tempo que me foi destinado, alguns dos problemas que constam desse plano, algumas dificuldades e os problemas que pontuarei aqui para que esse plano, deputado Joseildo, atendesse aos pré-requisitos, aos requisitos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade.

Ele não teve a garantia da efetiva participação, a prefeitura não deu conhecimento à cidade da realização desse debate. Quando o fez foi de forma muito superficial, numa linguagem que aqueles que mais necessitam do plano não tinham condições de terem acesso para compreender e entender a profundidade desse plano, sem o cumprimento do conteúdo mínimo exigido pelo plano, sem considerar, deputado Joseildo, a questão racial na capital mais negra do País...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada...

**A Sr<sup>a</sup> MARIA DEL CARMEN:-** Sr. Presidente, com sua tolerância, concluindo o nosso pronunciamento, voltarei a esta tribuna para continuar colocando e pontuando os pontos em que esse Plano Diretor de Salvador não atende às necessidades, aos requisitos exigidos para a aprovação de um Plano Diretor, e a necessidade da interligação entre ele e o Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, que é obrigação, e o Governo do Estado inicia o processo de construção.

(Não foi revisto pela oradora.)

## GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Concedo a palavra...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vou conceder, deputado, calma.

O Sr. Adolfo Viana:- Não, aí V.Ex<sup>a</sup> vai queimar o tempo da gente, presidente. V.Ex<sup>a</sup> não pode chamar o Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Mas existe orador inscrito.

O Sr. Adolfo Viana:- Mas V.Ex<sup>a</sup> tem que atender ao nosso pedido de questão de ordem, presidente. Como é que V.Ex<sup>a</sup> vai chamar o Grande Expediente se lhe estou pedindo uma questão de ordem?

Reconheça, com a grandeza que V.Ex<sup>a</sup> tem, que está equivocado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não estou equivocado, mas vou ceder para V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço ao nosso presidente pela grandeza. V.Ex<sup>a</sup> reúne todas as condições de permanecer à frente desta Casa.

Sr. Presidente, entramos aqui, praticamente, em um acordo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex<sup>a</sup> esqueceu de dizer a partir de quando. De amanhã, de fevereiro?

O Sr. Adolfo Viana:- Todas as vezes em que V.Ex<sup>a</sup> estiver sentado aí estará representando bem. Então, tanto hoje, quanto a partir de fevereiro.

Existe um acordo com os deputados do governo para pedirmos uma verificação de quórum desta sessão, porque já existe um acordo de que hoje não haverá votação, não é isso? Então, eu gostaria de solicitar a V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum justamente para que possamos nos reunir e discutir como foi feita a sessão de ontem.

Em nosso entendimento, a sessão de ontem foi feita de maneira irregular e cabe à Mesa Diretora decidir se vai manter as votações de ontem, pois, caso venha a manter, vamos entrar na Justiça com um mandado de segurança.

Então, por este mesmo motivo, solicitamos a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Temos apenas 12 parlamentares no Plenário. Portanto, não existe número suficiente para a continuidade da sessão e a declaro encerrada.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.*